

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Departamento Municipal de Limpeza Urbana
Lei Orçamentária Anual

SIGLA	ÓRGÃO	TITULAR	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DEMLURB	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Indireta • Autarquia dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, com autonomia técnica e financeira. • Compõe, juntamente com a CESAMA, o nível de Implementação Descentralizada de Políticas Setoriais da SG 	<ul style="list-style-type: none"> • Jefferson Rodrigues Junior • Diretor-Geral • Ordenador de Despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Municipal de Limpeza Urbana • Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA • Diretoria Geral • Diretoria Administrativa • Diretoria de Operações
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 5.517, de 28 de novembro de 1978 e alterações posteriores • Decreto nº 2.192, de 31 de dezembro de 1978 e alterações posteriores • Decreto nº 5.181 de 07 de dezembro de 1994 • Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 • Decreto nº 7.252, de 04 de janeiro de 2002 • Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 • Lei nº 13.342, de 19 de abril de 2016 		

▣ Atribuições

▣ Participar dos esforços de formulação da política municipal de limpeza urbana, que vise a preservação do meio ambiente, a promoção do equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade da vida urbana;

▣ Promover a coleta, transporte e depósito de lixo, e assim, tratá-lo e transformá-lo, providenciando a venda dos produtos decorrentes do mesmo;

▣ Varrer, limpar e conservar os logradouros públicos (inclusive capina);

▣ Desenvolver certames e campanhas sanitárias voltadas à educação, com vistas à política ambiental e a poluição;

▣ Evitar a proliferação de doenças e acidentes de trânsito, fazendo a apreensão de animais abandonados em vias públicas;

▣ Proporcionar a todos os bairros o serviço de coleta de lixo e varrição eficiente, de modo a evitar que o material resultante se constitua em obstáculo ao desenvolvimento urbano, com o aparecimento de focos indesejáveis ou prejudiciais à saúde da população;

▣ Propiciar a destinação final do lixo coletado, evitando focos de poluição ou insalubridade;

▣ Funcionar como órgão seccional normativo de planejamento, coordenação, acompanhamento, controle e avaliação de planos, programas e projetos de limpeza pública;

▣ Promover a revisão de preços públicos dos serviços contratados por terceiros, e aqueles de sua competência, de modo a assegurar a sua manutenção, melhoramento e expansão, bem como o equilíbrio econômico-financeiro da autarquia;

▣ Realizar a apropriação dos custos das operações, visando fornecer insumos ao planejamento e a atualização sanitária;

☐ Realizar as operações financeiras, para obtenção dos recursos que se fizerem necessários à execução e ampliação de seus serviços, respeitada a legislação pertinente.